



100 ANOS DO

Palácio Tiradentes

Pág 10 a 29

Carreta da Saúde da Mulher amplia
acesso a exames em Itaguai

Pág 08



Comissão de Direito Público da
OAB-RJ é empossada

Pág 30



NÃO PASSE PANO PARA AGRESSOR.

DENUNCIE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER!



DISQUE DENÚNCIA
2253 1177

RIO DE JANEIRO - RJ



AJUDE O DISQUE DENÚNCIA VOLTAR A FUNCIONAR 24H.
FAÇA UMA DOAÇÃO.

CP COISAS DA POLÍTICA

www.coisasdapolitica.com

contato@coisasdapolitica.com

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CNPJ: 53.311.915/0001-84

Representante Comercial

Carlos Cruz
(21) 97218-9986

Tiragem: 20.000

Jornalista Responsável
Jefferson Lemos / 18963RJ

EDITORIAL



Caro leitor,

A edição de maio da revista Coisas da Política traz, em sua capa, uma reportagem especial sobre os 100 anos do Palácio Tiradentes – um dos maiores símbolos da história política fluminense. Durante dez dias, nossa equipe mergulhou em documentos históricos, registros raros e relatos de personagens que viveram parte dessa trajetória dentro de suas paredes. O resultado é um trabalho jornalístico rico em detalhes, que convida o leitor a revisitar a memória do prédio mais emblemático do Parlamento do Rio de Janeiro.

Embora tenha sido inaugurado oficialmente em 6 de maio de 1926, a história do Palácio remonta a 1640. Ao longo dos séculos, o espaço já abrigou a antiga Cadeia Pública, o Departamento de Imprensa e Propaganda, a Câmara Federal dos Deputados e a Assembleia Legislativa do antigo Estado da Guanabara – consolidando-se como testemunha de momentos importantes da vida política brasileira.

O artigo desta edição é assinado pelo diretor-geral da Alerj, Luciano Abreu, que contribui para ampliar o olhar

sobre a importância institucional e simbólica do Palácio Tiradentes.

A revista também destaca iniciativas que vêm produzindo resultados concretos na vida da população. Em Itaguaí, uma experiência ampliou o acesso a exames voltados à saúde da mulher e ajudou a reduzir a fila de atendimentos na rede pública. Durante 30 dias, a Carreta da Saúde da Mulher realizou mamografias e exames de ultrassonografia transvaginal, mamária e pélvica, levando atendimento especializado a centenas de mulheres.

No Rio de Janeiro, o início de maio também foi marcado pela posse da nova Comissão de Direito Público da OAB-RJ. A proposta do grupo é transformar a comissão em um ambiente ativo de debate jurídico, produção intelectual e formulação de propostas de interesse público. À frente da iniciativa está o advogado Lauro Rabha.

Tudo isso – e muito mais – você confere nas próximas páginas. Boa leitura.

Carlos Cruz
Editor

CP COISAS DA POLÍTICA

ANUNCIE CONOSCO

Faça parte do dia a dia dos nossos leitores e conquiste mais clientes para a sua empresa.

Quer divulgar seus produtos e serviços?

Entre em contato com nosso representante comercial pelo email contato@coisasdapolitica.com



CIDADES



Instalação de novas redes de esgoto no Mutundo beneficiou 30 mil gonçalenses. Crédito: Divulgação

SÃO GONÇALO VIVE AVANÇO HISTÓRICO NO SANEAMENTO

Durante décadas, o crescimento urbano de São Gonçalo avançou em ritmo mais acelerado que a expansão da infraestrutura básica. Impulsionado pela proximidade com a capital fluminense e pela expansão da Região Metropolitana, o município, que é o segundo mais populoso do estado, com cerca de 960 mil habitantes, acumulou desafios históricos no saneamento, refletidos em rios degradados, vales a céu aberto e impactos diretos à saúde da população e ao meio ambiente. Mas o panorama

está mudando, para o bem-estar e a qualidade de vida de seus moradores.

Com o objetivo de consolidar essa transformação, a Águas do Rio iniciou um investimento de R\$133 milhões na ampliação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto da cidade. As obras serão concluídas ainda este ano, beneficiando mais de 160 mil moradores e representando também um avanço importante para a recuperação ambiental da região.

Entre as frentes de trabalho mais relevantes da concessionária, que faz parte do grupo Aegae Saneamento, está o Coletor em Tempo Seco, sistema que atravessa sete bairros (Venda da Cruz, Neves, Vila Lage, Porto da Madama, Paraíso, Patronato e Porto Velho). Na prática, ele intercepta o esgoto que antes corria a céu aberto ou era lançado diretamente nos rios, sobretudo em períodos sem chuva, e passa a direcionar esse volume para tratamento adequado.

ALÍVIO PARA A BAÍA DE GUANABARA

Com 5,6 quilômetros de rede, quatro estações elevatórias e cinco pontos de captação, o coletor vai retirar cerca de 12 milhões de litros de esgoto por dia desse fluxo irregular, reduzindo significativamente a carga poluente que chega a cursos d'água como o Rio Imboaçú e, conseqüentemente, à Baía de Guanabara.

Outras iniciativas reforçam esse movimento. Na Praia das Pedrinhas, a implantação de 1,3 quilômetro de rede de esgotamento sanitário já conectou imóveis e estabelecimentos comerciais, encerrando o despejo irregular de efluentes em um tradicional cartão-postal da cidade. No Mutondo, a entrega de 3,5 quilômetros de redes alterou a dinâmica de escoamento do esgoto e evitou que cerca de 7 milhões de litros por dia fossem lançados no Rio Alcântara, beneficiando diretamente cerca de 30 mil moradores de bairros do entorno, como Galo Branco, Rocha, Antonina, Nova Cidade, Alcântara,

São Miguel, Trindade e Estrela do Norte. Os moradores desses bairros já percebem a diferença e apoiam as melhorias:

“A água aqui no Rio Alcântara era muito preta, não sei como a Águas do Rio conseguiu melhorar dessa maneira. Era um cheiro horrível, impregnava todas as casas aqui da região”, conta Eduardo da Conceição, de 72 anos, morador do Mutondo.

A percepção de quem vive essa mudança ajuda a dimensionar um problema que, por vezes, ainda é subestimado. Para Luana Pretto, presidente do Instituto Trata Brasil, a ausência de coleta e tratamento de esgoto impacta diretamente o desenvolvimento da população, especialmente das crianças.

“Saneamento é a base para a saúde e para o desenvolvimento social. Crianças sem acesso adequado ao saneamento ficam mais expostas a doenças como diarreia justamente nos primeiros

anos de vida, fase decisiva para o crescimento físico e cognitivo. Esse impacto compromete não só o presente, mas também o futuro dessas gerações”, afirma.

Os avanços em curso começam a redesenhar a realidade de muitas famílias que conviviam diariamente com o desconforto e os riscos associados à degradação ambiental, como destaca Diogo Freitas, diretor-executivo da Águas do Rio.

“Os desafios eram muitos, mas hoje os avanços já começam a transformar a realidade. Com investimentos contínuos e atuação presente, a região de São Gonçalo passa a contar com rios mais limpos, comunidades mais atendidas e moradores que voltam a perceber valor no lugar onde vivem. Cada melhoria representa não apenas um ganho concreto na qualidade de vida, mas também o fortalecimento de uma relação mais sustentável entre cidade, pessoas e meio ambiente”, conclui.



Coletor funciona interceptando esgoto antes que chegue à Baía de Guanabara. Crédito: Divulgação



ÁGUAS DE JUTURNAÍBA CONTA COM NOVA TECNOLOGIA PARA VISUALIZAR O INTERIOR DA REDE E IDENTIFICAR VAZAMENTOS E IRREGULARIDADES

A concessionária Águas de Juturnaíba passou a contar com uma nova tecnologia para fortalecer o combate a perdas de água. Chamado de boroscópio, o equipamento permite visualizar o interior de tubulações, ampliando a capacidade de diagnóstico das equipes e direcionando as intervenções com mais precisão. As concessionárias Águas de Niterói, Águas de Nova Friburgo, Águas do Paraíba e Águas de Pará de Minas já utilizam essa tecnologia.

A tecnologia funciona como uma pequena câmera capaz de acessar pontos da rede. Com essa análise, as equipes identificam vazamentos,

obstruções, fissuras e possíveis ligações irregulares. Os diagnósticos mais precisos tornam as intervenções mais assertivas, reduzindo a necessidade de abrir calçadas e pavimentos, evitando retrabalhos e diminuindo custos com materiais de recomposição.

O investimento no equipamento reforça a estratégia do Grupo de investir em soluções que aumentem a eficiência da operação e contribuam para a redução de perdas de água tratada. Em apenas três meses, a taxa de acerto na identificação de irregularidades em Águas de Juturnaíba chegou a 25%.

Ferramentas como o boroscópio ampliam nossa capacidade de análise e permitem ações mais precisas. Isso contribui diretamente para a redução de perdas e para a melhoria contínua dos serviços prestados à população



Airton Rangel
coordenador de Operações da Águas de Juturnaíba

PROGRAMA ÁGUA DE VALOR

Essa é mais uma das ações que integram o Programa Água de Valor. Desde 2018, o programa busca reduzir perdas de água e garantir o abastecimento atual e futuro, por meio de investimentos, modernização, novas tecnologias e ações em campo.





SAÚDE AO ALCANCE DA COMUNIDADE

A Light inaugurou, no último mês de abril, um Espaço de Telemedicina para os moradores da Babilônia e do Chapéu Mangueira, na Zona Sul do Rio. A iniciativa passa a oferecer consultas médicas a preços populares e prevê um benefício adicional para moradores com as contas de energia em dia: clientes adimplentes têm 50% do valor da consulta subsidiado pela empresa.

A gerente de desenvolvimento social da Light, Flávia Siqueira,

explica que a iniciativa é fruto de uma estratégia mais ampla da concessionária, que vem aumentando sua presença nas comunidades cariocas para além do fornecimento de energia.

“Nos últimos anos, nos aproximamos ainda mais e estreitamos relações com os moradores destes territórios. A inauguração deste espaço é um exemplo que reforça o nosso compromisso com o desenvolvimento destas localidades, buscando contribuir

diretamente para o bem-estar de todos, com serviços que impactem positivamente a rotina e a qualidade de vida no local”, afirma Siqueira.

Dentro deste contexto mais amplo, a companhia também vem estabelecendo diálogos e parcerias para debater um dos principais desafios de sua área de concessão, as perdas de energia.



Temos conversado com entes governamentais e estamos ouvindo a sociedade civil para pensarmos juntos em soluções que sejam aderentes à realidade de cada localidade. Neste sentido, a criação de novos canais de relacionamento com a população visa conscientizar as pessoas sobre o uso responsável e consciente da energia elétrica e ainda abordar a importância de ser um cliente regular da distribuidora.



Flávia Siqueira

ESPAÇO DE TELEMEDICINA

Realizada em parceria com a Agora Consulta, a iniciativa vai além da telemedicina tradicional: o espaço funciona como uma clínica 'phygital' (física e digital). No local, antes da conexão com o médico, os pacientes passam por uma triagem com o uso de dispositivos médicos tecnológicos (IoMTs) que permitem a aferição de sinais vitais e exames básicos de diagnóstico em tempo real.

Esses dados são integrados à plataforma, permitindo que o médico realize um atendimento muito mais preciso e resolutivo, mesmo à distância. Ao final, o uso de inteligência artificial auxilia na geração de um relatório de saúde personalizado, garantindo que o paciente compreenda claramente seu diagnóstico e os próximos passos do seu cuidado.

Para o Presidente do Conselho da Agora Consulta, Romeu Domingues, o projeto traduz muito bem como a tecnologia pode ser usada para aproximar saúde de qualidade de da vida real das pessoas.

“Estamos muito felizes em fazer parte desse projeto. É uma honra poder ampliar o acesso à saúde de qualidade para a população da comunidade. Um projeto maravilhoso que agrega saúde física e mental, inclusive com diversas especialidades, promovendo cuidado integral e transformando vidas” destaca Romeu.

O espaço físico onde são realizadas as teleconsultas foi cedido pela associação de moradores e reformado pela Light. O local oferece suporte para agendamentos e orientação aos pacientes.

Flávia Siqueira explica ainda que a presença deste espaço foi fundamental para viabilizar o projeto: “A existência do local físico foi considerada essencial porque muitos moradores podem enfrentar dificuldades com tecnologia, seja por falta de familiaridade com ferramentas digitais ou por limitações de infraestrutura, como conexão de internet instável”.

São oferecidos atendimentos em quatro especialidades: clínica geral, cardiologia, pediatria e psicologia. A definição dos serviços foi baseada em um mapeamento realizado pela Light em conjunto com moradores e a associação local, garantindo que a iniciativa atenda as principais demandas da comunidade.





CARRETA DA SAÚDE DA MULHER AMPLIA ACESSO A EXAMES E PROMETE REDUZIR FILAS EM ITAGUAÍ

No dia 8 de maio, a cidade de Itaguai recebeu uma unidade móvel de atenção especializada que promete acelerar diagnósticos e desafogar a demanda reprimida por exames na rede pública. Instalada no Parque Municipal de Eventos, a Carreta da Saúde da Mulher funcionará por 30 dias, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com oferta de mamografia e ultrassonografias.

O atendimento ao público começou no dia 11 de maio, dentro

de um modelo itinerante voltado a ampliar o acesso e encurtar o tempo de espera por procedimentos essenciais.

O foco é prevenção e diagnóstico precoce, especialmente de câncer de mama e do colo do útero. Estão disponíveis mamografia, ultrassonografia transvaginal, mamária e pélvica. A mamografia será destinada a mulheres a partir de 40 anos; os demais exames dependem de indicação médica.

Para ser atendida, a paciente deve estar cadastrada e regulada no SISREG, com requisição médica e quadro clínico compatível. A estrutura inclui consultório ginecológico, equipamentos de imagem e equipe especializada, com ginecologista, enfermeiros e técnicos.

O prefeito Haroldo Jesus afirmou que a ação integra um pacote de medidas para reduzir filas e ampliar a capacidade da rede.



A nossa meta é zerar a fila. Não é aceitável um paciente esperar meses por atendimento. Já avançamos com o Hospital do Olho, com milhares de atendimentos, e vamos ampliar com o Hospital de Imagens e o Centro de Hemodiálise

Haroldo Jesus





FISCALIZAÇÃO E PERSISTÊNCIA: A VOLTA DE CHAGAS BOLA AO PALÁCIO PEDRO ERNESTO

Em 2022, o sargento da Polícia Militar Chagas Bola assumiu pela primeira vez uma cadeira na Câmara Municipal do Rio. Em 2024, disputou o cargo de vereador pelo Partido Liberal, recebeu 11.009 votos, mas não garantiu uma cadeira. Já em março de 2026, o chamado veio de novo: Diego Faro (PL) deixou o mandato para assumir a Secretaria Estadual de Ambiente e Sustentabilidade, e Luiz Carlos Chagas de Souza Junior, o Chagas Bola, voltou ao Palácio Pedro Ernesto.

Logo na primeira semana, a produção legislativa voltou com todo vapor. No campo propositivo, o parlamentar apresentou projetos de lei que vão do combate ao sedentarismo à isenção de taxas de inscrição para atletas com deficiência em eventos esportivos, passando pelo Programa Municipal de Jiu-Jitsu para Inclusão e pelo Programa de Vizinhança Solidária. Datas comemorativas também entraram na pauta: Setembro Vermelho, Agosto Azul e Vermelho e o Dia da Conservação do Solo foram propostos para entrar no calendário oficial da cidade por iniciativa do vereador.

Mas foi no campo da fiscalização que Chagas Bola deixou a marca mais funda. Em pouco mais de cinco semanas, seu gabinete

protocolou nove requerimentos de informações distribuídos por sete órgãos municipais. Com foco em qualidade e não em quantidade, sua escolha de alvos reforça o perfil vigilante do parlamentar: dívida pública, suspeita de nepotismo, contratos milionários e a crise da população em situação de rua. Uma agenda de oposição construída requerimento a requerimento.

O que une cada um deles é a cobrança por mais transparência em um município que, segundo dados do próprio Tesouro Nacional, comprometia 69,6% da Receita Corrente Líquida com pessoal em 2024 — o pior índice entre as capitais do país — e carregava o segundo maior índice de endividamento entre municípios brasileiros. Bola foi às secretarias da Casa Civil e da Fazenda pedir o detalhamento de cada empréstimo contratado nas duas últimas gestões e uma projeção dos juros que o Rio pagará nos próximos anos. A pergunta de fundo era simples: para onde foi o dinheiro?

Enquanto isso, na Secretaria Municipal de Cultura, ele questionou o contrato de R\$15 milhões firmado em maio de 2026 para a realização do show da cantora Shakira na cidade, pedindo justificativa técnica, estudo de impacto econômico e o

parecer jurídico da inexigibilidade de licitação. O timing não foi neutro: o requerimento foi protocolado no mesmo período em que o vereador cobrava da Assistência Social explicações sobre o déficit de vagas para a população em situação de rua, apontado por auditoria do TCM-RJ como 75% abaixo da meta do próprio Plano Plurianual municipal.

“O Rio não pode gastar R\$15 milhões num show enquanto falta vaga de acolhimento para quem dorme na rua. Prioridade importa. E a obrigação do vereador é perguntar quando o gestor não explica”, afirmou.

Dois outros requerimentos, endereçados simultaneamente à Secretaria de Integridade e à Controladoria Geral, investigam a suposta ligação da esposa do Secretário de Coordenação Governamental com a ONG GNOSIS, que manteria contratos com o município. A estratégia de acionar dois órgãos de controle pelo mesmo fato não foi acidental: foi pressão institucional cruzada.

Quem acompanha a trajetória de Chagas Bola sabe que ele não desperdiça janelas. Em cada passagem pela Câmara, deixou registro. Nesta, não foi diferente. *“Meu trabalho é fazer as perguntas que o Executivo preferiria não responder”, finalizou.*



*Palácio
Tiradentes*

**100
ANOS**

MARCO DA DEMOCRACIA CHEGA AO CENTENÁRIO

Valorizando
o passado

Celebrando
o presente e

Preparando
o futuro

Em plena Praça XV, coração do Centro do Rio, está um dos maiores símbolos da democracia brasileira. Hoje funcionando como sede histórica da Assembleia Legislativa (Alerj), o Palácio Tiradentes completou 100 anos de existência. O centenário não se trata apenas de uma mera data comemorativa. É momento de se valorizar o passado, celebrar o presente e preparar as novas gerações para o futuro. Afinal, milhares de figuras históricas já passaram pelo palácio, que foi palco de inúmeras decisões que influenciaram diretamente na vida dos fluminenses e brasileiros. Não será diferente em relação àqueles que ainda estão por vir.

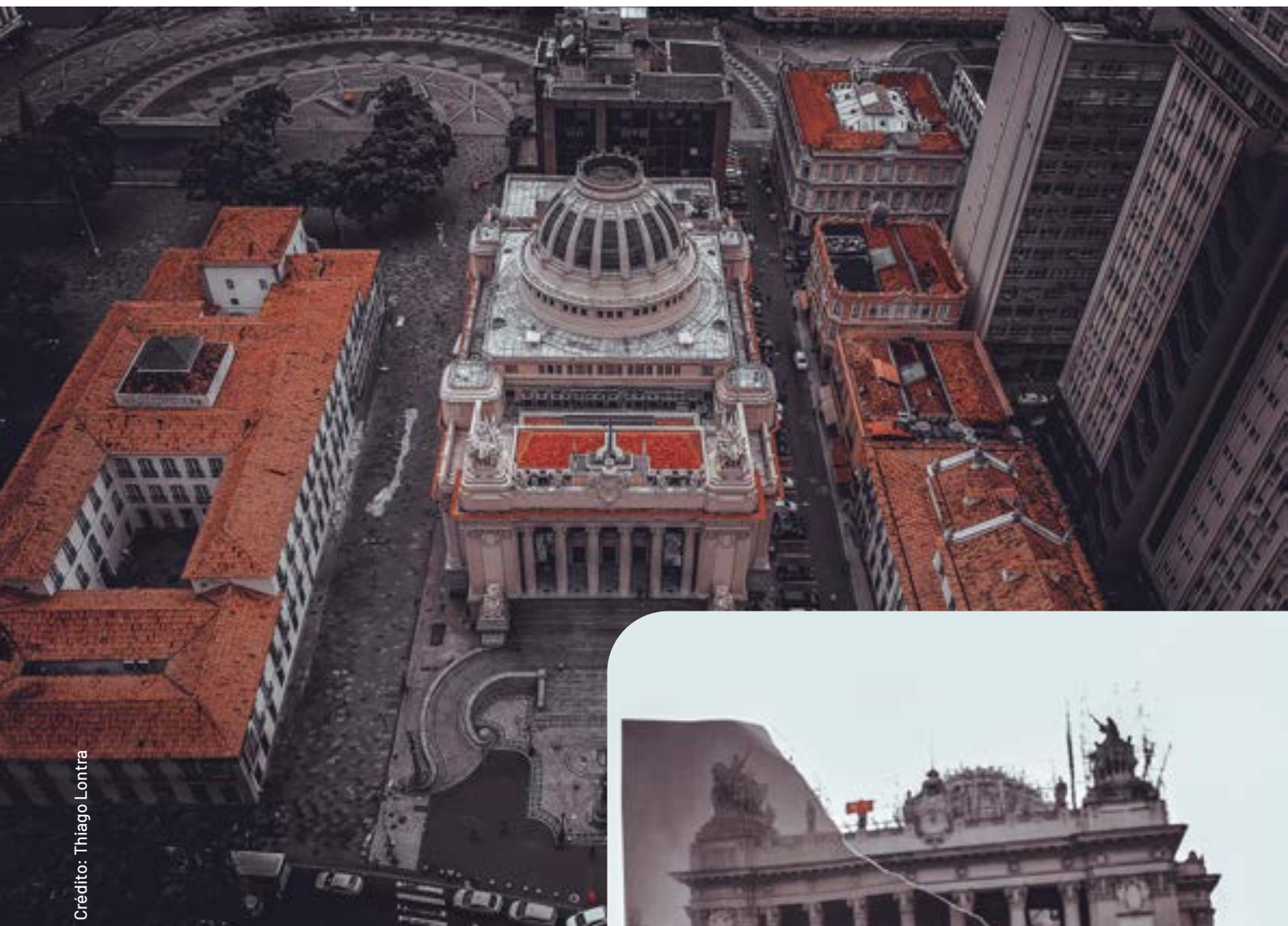
Introdução

Localizado na Praça XV, no Centro da cidade, o edifício é um dos principais marcos da política brasileira, além de ser a sede histórica do Parlamento fluminense. Antes da construção do atual palácio, o espaço abrigou a antiga Cadeia Velha, onde Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, permaneceu preso antes de sua execução, em 1792. O atual prédio foi inaugurado em 1926, em estilo eclético, com

projeto dos arquitetos Archimedes Memória e Francisco Couchet. Ao longo de sua trajetória, o edifício sediou a Câmara dos Deputados, recebeu posses presidenciais e também abrigou órgãos do Governo Federal durante o Estado Novo.

Com a transferência da capital federal para Brasília, em 1960, o Palácio Tiradentes passou a sediar a Assembleia Legislativa do antigo

Estado da Guanabara e, posteriormente, a Alerj, após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975. Além da importância política e arquitetônica, o espaço também se consolidou como polo cultural e turístico da capital fluminense. Atualmente, o prédio recebe visitas guiadas e eventos culturais, como apresentações musicais, exposições e espetáculos artísticos.



Crédito: Thiago Lontra



Crédito: Thiago Lontra

Medalha e selo comemorativo, marcos do Centenário

Como parte das comemorações do Centenário, no dia 6 de maio, a Alerj realizou uma cerimônia no plenário Barbosa Lima Sobrinho marcada pelo lançamento de um selo e um carimbo comemorativos, em parceria com os Correios. A iniciativa integrou a programação especial, que incluiu ainda a entrega da Medalha do Centenário, visitas teatralizadas com novos roteiros e abertas ao público gratuitamente.

O presidente da Alerj, deputado Douglas Ruas (PL), ressaltou o valor histórico e simbólico do Palácio Tiradentes ao longo do século.

“São 100 anos de muita história. Além de um patrimônio arquitetônico nacional, é também um símbolo político-institucional da história do Brasil. Muitos momentos decisivos do país foram discutidos aqui: duas constituições federais foram debatidas e aprovadas no Palácio, assim como a Constituição do Estado. É um momento de celebração, reconhecimento e homenagem a

todos os parlamentares e servidores que ajudaram a construir essa história”, afirmou.

Já o vice-presidente da Alerj, Guilherme Delaroli (PL), destacou a importância simbólica da homenagem.

“O Palácio Tiradentes é um dos maiores símbolos da democracia brasileira. Esta homenagem da Assembleia Legislativa com os Correios é motivo de imenso orgulho não só para os deputados, mas para todo o estado”, pontuou.

Por sua vez, o diretor-geral da Alerj, Luciano Abreu, ressaltou o papel institucional da Casa.

“É importante dar notoriedade ao que a Assembleia representa para o povo fluminense, garantindo que esse legado seja transmitido às próximas gerações e que a instituição siga firme pelos próximos 100 anos”, comentou.

Enquanto a diretora de Cultura da Alerj, Fernanda Figueiredo,

destacou o caráter simbólico e participativo das ações que marcam o centenário do edifício.

“O lançamento do selo comemorativo, em parceria com os Correios, e a entrega da medalha do Centenário representam o reconhecimento a todos que ajudaram e ainda ajudam a manter este Palácio vivo. Ao lado disso, as visitas teatralizadas e os novos roteiros guiados ampliam o acesso da população, reforçando o compromisso de um Parlamento de portas abertas, construído a partir da escuta, da participação e do diálogo”, salientou.

Para o coordenador dos Correios, Bruno Paiva, a promoção dos selos comemorativos reforça o papel da instituição na valorização da memória do país.

“O Palácio também representa um século de dedicação à vida pública, ao debate democrático e à construção de políticas que impactam a sociedade”, ressaltou.

Valorização dos servidores e Patrimônio Imaterial

A celebração do Centenário do Palácio Tiradentes não fica restrita ao prédio histórico e às figuras políticas que por ele passaram. Em uma iniciativa da Diretoria Geral da Alerj, os servidores que atuam na sede histórica receberão um certificado que reconhece a dedicação, o compromisso e o trabalho diário dos colaboradores que contribuem para a construção da história do Tiradentes.

Além disso, o Palácio Tiradentes poderá ser considerado Patrimônio Histórico e Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Rio de Janeiro. É o que propõe o Projeto de Lei 3.523/24, de autoria da deputada Verônica Lima (PT), aprovado em segunda discussão pela Alerj. A proposta também autoriza o Poder Público a promover atividades de preservação histórica e incentivo cultural no espaço, inclusive em

parceria com entidades da sociedade civil.

Na justificativa do projeto, a parlamentar destaca a relevância histórica do local, que ocupa um terreno ligado à memória política do país desde o período colonial.

“Esse espaço tem uma importância além de histórica, cultural e simbólica para a democracia brasileira e para a memória política do Estado”, destaca.

O Palácio Tiradentes hoje

Quem caminha pela Rua Primeiro de Março, no coração do Centro do Rio, depara-se com a imponência das seis colunas de 12 metros de altura que sustentam o Palácio Tiradentes. Hoje, o imponente edifício de estilo eclético já não sedia as vibrantes e, por vezes, tensas sessões plenárias cotidianas da Assembleia Legislativa, transferida para a estrutura moderna do Edifício Lúcio Costa. Contudo, engana-se quem pensa que o palácio virou um monumento estático. O casarão histórico passa por um momento de consolidação como um pulsante polo cultural e turístico da capital fluminense.

Atualmente, as atividades do Palácio Tiradentes combinam a preservação da memória política com uma intensa agenda de democratização do espaço público. Sob a gestão da Diretoria de Cultura da Alerj, o local atrai milhares de visitantes anualmente, registrando seguidos recordes de público no circuito cultural da Praça XV. A dinâmica atual do prédio é sustentada por visitas guiadas gratuitas de segunda a sexta-feira, conduzidas por universitários das áreas de História, Ciências Sociais e Relações Internacionais, que trazem a riqueza arquitetônica do Plenário Barbosa Lima Sobrinho, do Salão Nobre e da Sala de Imprensa Tim Lopes para o público geral e comitivas internacionais.





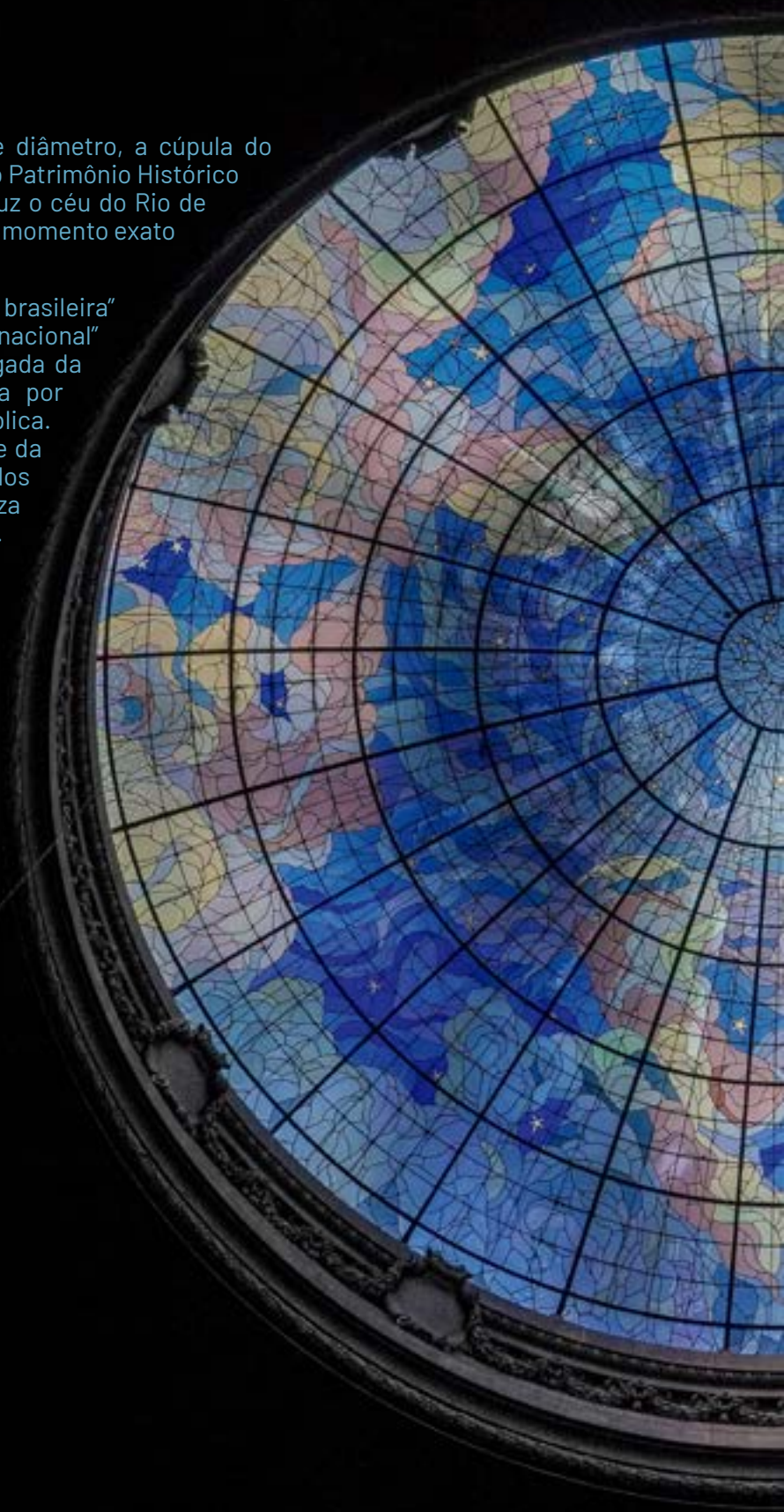
Além do turismo histórico tradicional, o palácio diversificou suas linhas de atuação. O espaço transformou-se em palco para exposições artísticas e mostras documentais detalhadas. Exposições de longa duração ocupam as dependências físicas e as plataformas digitais da instituição, resgatando episódios como a história da fusão do Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio, a evolução das composições da Mesa Diretora da Casa e as trajetórias dos Parlamentares Constituintes de 1989.

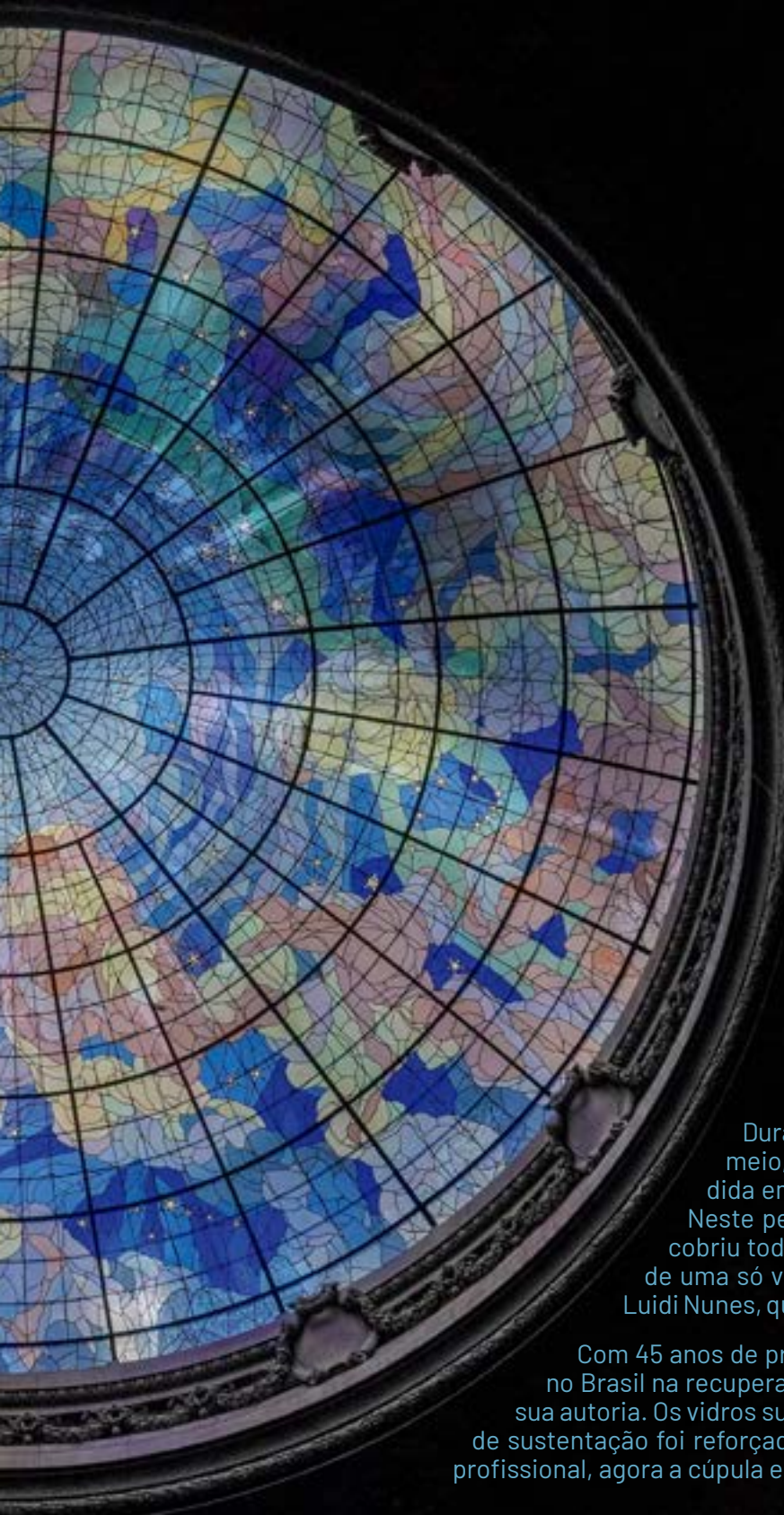
Recentemente, a vocação do prédio ganhou novos contornos institucionais com debates sobre seu potencial tombamento como patrimônio histórico e cultural de natureza imaterial do Rio de Janeiro. Paralelamente, eventos comemorativos e visitas teatralizadas periódicas reanimam o interior do palácio, trazendo atores que interpretam figuras históricas, como o arquiteto Archimedes Memória, um dos projetistas da edificação. Longe de ser apenas um retrato do passado parlamentar, o Palácio Tiradentes se mantém como um elo vivo entre a história política e a população fluminense.

A Cúpula

Com 350 toneladas e medindo 12 metros de diâmetro, a cúpula do Palácio Tiradentes é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Seu vitral reproduz o céu do Rio de Janeiro às 9h15 do dia 15 de novembro de 1889, momento exato da proclamação da República do Brasil.

São oito telas que retratam “A evolução política brasileira” (telas maiores) e a “Formação territorial nacional” (telas menores). São representações da chegada da Esquadra Portuguesa, em 1500, comandada por Pedro Álvares Cabral; e a Proclamação da República. Além da visão externa da cúpula, cada detalhe da obra dos irmãos Rodolpho Chambelland e Carlos Chambelland pode ser observado com clareza no interior do Plenário Barbosa Lima Sobrinho.





Durante a última restauração — que levou um ano e meio, entre 2015 até maio de 2017 — a peça foi dividida em quadrantes, como um grande quebra-cabeça. Neste período de restauração, uma imensa lona branca cobriu todo o espaço. Seus componentes foram retirados de uma só vez, e foram recuperados no atelier do vitralista Luidi Nunes, que contou com a colaboração de 12 profissionais.

Com 45 anos de profissão, Luidi é considerado a maior referência no Brasil na recuperação e criação de vitrais, sendo 1.500 painéis de sua autoria. Os vidros superiores da cúpula foram trocados e a estrutura de sustentação foi reforçada com hastes de metal horizontais. Segundo o profissional, agora a cúpula está pronta para durar 80 anos ou mais.

Custos e doações

Crédito: Julia Passos



As obras do Palácio Tiradentes tiveram um custo inicial de 6 mil contos de réis (seis bilhões de réis na contagem antiga), como mais 1.606 mil contos de réis oriundos de doações dos outros Estados da Federação. Porém, as despesas finais chegaram ao montante de 15.267 mil contos de réis – metade do custo do Palácio Pedro Ernesto, atual Câmara dos Vereadores, na Cinelândia. O então presidente da Câmara dos Deputados, Arnolfo de Azevedo, ordenou economia total, e por isso toda a sua estrutura do prédio é de concreto e tijolo. Até as estátuas são de argamassa, que é uma mistura de areia com cal.



Crédito: Rafael Wallace



Depois de 33 meses de trabalho já estava erguido o arcabouço, ou seja, toda a estrutura de sustentação em cimento armado ocupando uma área de três mil metros quadrados, contando com revestimento externo e interno. Muitas doações chegaram ao Rio de Janeiro oriundas de alguns Estados como São Paulo, que doou lambris; Bahia que doou móveis para o salão nobre; Minas Gerais - areias coloridas e mobiliário das salas da presidência; Espírito Santos e Paraíba, as duas esculturas "Víctuoria", instaladas aos pés da escadaria externas.



Outras diversas doações mobilizaram todos os estados brasileiros e ricos cafeicultores da época. O Rio de Janeiro disponibilizou recursos para a compra de todo o mármore usado e Pernambuco doou uma quantia (80 mil réis) para a compra dos parquets - pisos em madeira que revestem, ainda hoje, a maioria das salas dos cinco pavimentos do palácio.

Cadeia, Câmara e mais

O terreno onde está o Palácio Tiradentes é um sítio histórico que guarda – desde os tempos do Brasil Colônia – grande parte da memória política do Brasil. Antes da construção do Palácio Tiradentes, havia no terreno a antiga Casa de Câmara e Cadeia Velha.

O primeiro edifício ali construído, anexo a cadeia, foi por volta de 1640 e serviu para abrigar os primeiros

três vereadores eleitos. O voto era indireto e o mandato durava apenas um ano. Cabia a eles cuidarem da cidade e das finanças públicas. Todo o dinheiro arrecadado ficava guardado em um cofre público chamado “burra”, que só podia ser aberto por três chaves: cada uma ficava com um vereador.

No andar abaixo do cofre público ficava a cadeia da cidade que ficou

conhecida como a “Cadeia Velha” ou “Cadeia da Relação”. Somente em 1922, já em situação muito precária, a edificação da velha cadeia foi demolida para dar lugar a um grande Palácio Tiradentes (1926), cuja arquitetura lembra muito o Grand Palais de Paris.

Construída em meados de 1631 e demolida em 1922, a antiga edificação foi usada para diferentes fins:



Prédio da “cadeia velha” no terreno onde foi erguido o Palácio Tiradentes.
Crédito: Acervo/Centro de Documentação e Memória Legislativa da Alerj

CADEIA PÚBLICA

O terreno onde hoje se ergue o Palácio Tiradentes carrega as marcas do Brasil Colônia desde o século XVII, quando abrigava a Cadeia Pública da cidade – popularmente conhecida como Cadeia Velha. O edifício original, de estrutura precária e condições insalubres, servia para o aprisionamento de criminosos comuns

e escravizados, além de ter sido o local de cárcere de presos políticos da Inconfidência Mineira. Foi justamente ali que Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, passou seus últimos dias antes de ser levado à forca em 1792, fato que marcou definitivamente a carga histórica e o nome do futuro palácio.



Crédito: Thiago Lontra



Crédito: Acervo/MIS

CASA DE VEREAÇA

No pavimento superior da mesma estrutura da Cadeia Velha funcionava a Casa de Vereança, demonstrando a clássica configuração colonial em que o poder administrativo e o aparato penal compartilhavam o mesmo teto. Era nesse espaço que os oficiais da municipalidade se reuniam para deliberar sobre a infraestrutura urbana, o abastecimento de alimentos, as posturas locais e a arrecadação de tributos da outrora pacata São Sebastião do Rio de Janeiro. A proximidade física com a prisão reforçava, de forma simbólica e prática, o papel de controle e ordenamento social exercido pelos primeiros legisladores da cidade.

SENADO DA CÂMARA

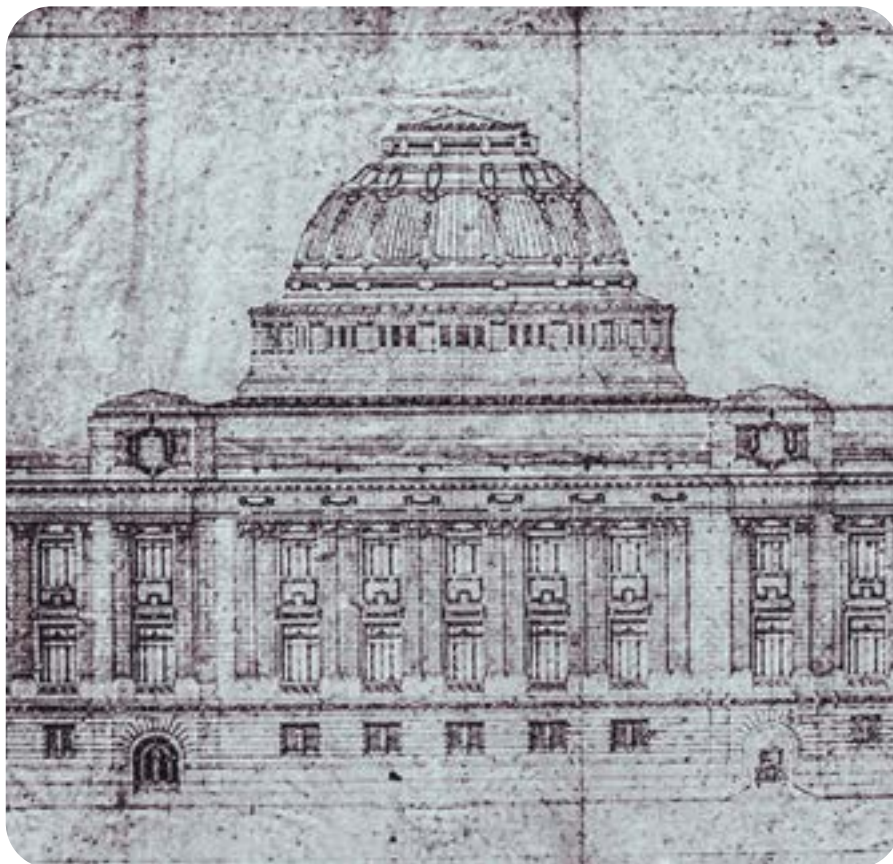
Com o crescimento da importância geopolítica do Rio de Janeiro, a estrutura municipal ganhou peso e o local passou a abrigar o Senado da Câmara. Esse órgão colegiado detinha funções administrativas, judiciais e fiscais muito mais amplas, atuando como a principal voz política da elite colonial perante a Coroa Portuguesa. Foi sob as diretrizes do Senado da Câmara, operando naquele histórico quadrilátero da Praça XV, que a cidade começou a se preparar urbanisticamente para as transformações profundas que viriam a ocorrer nas décadas seguintes, consolidando o endereço como o epicentro das decisões locais.



Crédito: Arquivo/Alerj

TRIBUNAL DA RELAÇÃO

A relevância daquele espaço deu um salto qualitativo com a chegada da Corte Portuguesa em 1808, transformando o antigo edifício colonial para receber o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Como a mais alta corte de justiça da colônia, o tribunal passou a despachar diretamente dali, julgando apelações e agravos de várias regiões do país. A presença dos magistrados e desembargadores conferiu uma atmosfera de solenidade jurídica ao endereço, elevando o status do prédio de uma simples repartição municipal para o topo da estrutura judiciária do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.



Crédito: Arquivo/Aerj



Crédito: Acervo/MIS

CÂMARA IMPERIAL

Após a Declaração da Independência em 1822, o solo da antiga cadeia foi definitivamente consagrado ao Poder Legislativo nacional com a instalação da Câmara dos Deputados do Império, ou Câmara Imperial, a partir de 1826. Durante quase todo o período imperial, o velho casarão reformado foi o palco de debates históricos cruciais para a consolidação do Estado brasileiro, incluindo a discussão e votação de leis abolicionistas de grande impacto, como a Lei Eusébio de Queirós e a Lei do Ventre Livre. Foi o fechamento desse ciclo imperial e a necessidade de uma sede republicana à altura que culminaram na demolição da antiga estrutura para a posterior construção do atual palácio.



Archimedes Memória e Francisque Couchet

No Brasil da década de 20, o arquiteto e construtor Archimedes Memória foi um dos maiores expoentes profissionais do ecletismo arquitetônico para desenvolver o projeto do Palácio Tiradentes, prédio de cinco pavimentos, numa área de três mil metros quadrados, destinado a abrigar a nova Câmara dos Deputados.

Memória nasceu em Ipu, no Ceará e mudou-se para o Rio de Janeiro com a intenção de estudar desenho na Escola Nacional de Belas Artes. Sua primeira obra foi a construção do Palácio Pedro Ernesto, na Cinelândia, entre 1920 e 1923, atual Câmara de Vereados. A partir daí, recebeu a encomenda para trabalhar no projeto de construção do Palácio Tiradentes, assinando a parceria com o também arquiteto franco-suíço Francisque Couchet.



Ambos dividiam o mesmo escritório e entre as principais obras executadas estão: o Palácio das Grandes Indústrias, que era uma reforma da antiga Casa do Trem, no Castelo (1921-22); Cassino Beira Mar, no Passeio Público (1921-22) que foi demolido; o balneário e Cassino da Urca (1921-22); Jôquei Clube, na Lagoa (1921-26); Igreja de Nossa Senhora da Lampadosa, na Av. Passos (1922-26); ampliação da Caixa Econômica Federal, na rua Dom Manuel

(1926) e a sede social do Botafogo Futebol Clube, na rua General Severiano (1928), entre outros.

Os arquitetos atravessaram várias fases da arquitetura brasileira. Começou praticando um ecletismo clássico, evoluiu para o neocolonial, onde foi mestre, e, no fim da carreira, abraçaram o art-déco, buscando uma linguagem mais atual para a arquitetura.



A arte e o Palácio

O Palácio Tiradentes abriga decorações realizadas por artistas renomados como o pintor e desenhista italo-brasileiro Eliseu Visconti (1866-1944), o professor e decorador João Timóteo da Costa (1878-19320) e o desenhista Carlos Oswald (1882-1971).

Coube a Eliseu Visconti, por exemplo, pintar na parede na parte mais alta do plenário Barbosa Lima Sobrinho, a representação do momento histórico da assinatura da Constituição da Republicana, em 24 de fevereiro de 1891, que aconteceu no antigo Palácio da Quinta da Boa Vista.

No grande painel, restaurado em 2001, figuram em tamanho natural os retratos dos 73 constituintes. As tonalidades em tons pastéis e cinza se adaptam ao madeiramento dos lambris de madeira imbuia, em estilo neo-grego, que reveste a grande sala das sessões plenárias.



Crédito: Arquivo/Alerj

No centro da imagem, preside o ato Prudente de Moares (o terceiro presidente do Brasil, de 1894-1898), e ao seu lado os

secretário Mata Machado, Paes de Carvalho, Soares Neiva e Eduardo Mendes Gonçalves, todos membros da Mesa da Assembleia

Constituinte. Ao lado esquerdo da presidência da mesa, se vê assinando a Carta Magna, o jornalista e jurista Ruy Barbosa.

Ao professor Timóteo da Costa foi incumbida a decoração do Salão de Honra, atual salão nobre, vencendo a dificuldade não pequena de compor cinco painéis de 10 m X 1,50 m, numa superfície côncava. A técnica é o pontilhismo. A representação da República se destaca um tanto sob a vasta nuvem de tons suaves que corta o quadro do centro, e outros em tons azuis claros se percebe o pavilhão brasileiro. Tem mais 10 imagens de mulher, com figuras de anjos ou cupidos (puttis) e outros elementos decorativos que fazem alusão as datas do nosso calendário cívico, como o dia da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Já para Carlos Oswaldo foi solicitado para as alegorias que se admiram na sala 207, a Sala do Café, retratadas em nuances de cores quentes, que formam na sua individualidade os painéis: "Despertar da Raça"; "Fé nos destinos da Pátria" e "Trabalho".



Crédito: Arquivo/Alerj



Crédito: Arquivo/Alerj



Crédito: Arquivo/Alerj



Crédito: Thiago Lontra



Segredos e Curiosidades

O Palácio Tiradentes teve suas ricas histórias e peculiaridades trazidas a público em celebração ao seu centenário, em reportagem publicada pelo jornal "O Globo". Inspirada na grandiosidade do Grand Palais de Paris, a icônica edificação em estilo eclético — com seus impressionantes 45 metros de altura e três mil metros quadrados — vai muito além de um marco visual no Rio Antigo. O endereço testemunhou os ciclos mais profundos da política nacional, desde os tempos de colônia até protestos históricos como a Marcha dos 100 mil em 1968, abrigando a promulgação das Constituições de 1934 e 1946 e a posse de Carlota Pereira de Queiroz, a pioneira entre as mulheres no Parlamento brasileiro em 1933. Hoje, enquanto assiste aos megablocos de carnaval cruzarem sua fachada, o prédio preserva segredos fascinantes em seu interior.

Confira seis curiosidades marcantes sobre o palácio destacadas no levantamento jornalístico:

O Mito do Mártir e os Canhões do Paraguai: A imponente estátua de bronze de 4,5 metros na entrada do palácio carrega uma ironia histórica: foi fundida a partir de canhões confiscados na Guerra do Paraguai. O visual cabeludo e barbudo do monumento, que frequentemente faz pedestres desavisados se benzerem confundindo-o com uma imagem religiosa, contraria a realidade factual. Por ser militar, Joaquim José da Silva Xavier não usava barba longa. Além disso, as regras de execução da época exigiam que o cabelo e a barba dos condenados fossem completamente raspados para facilitar a ação da corda no enforcamento. O espaço também abrigava, na antiga Cadeia Velha, um melancólico oratório revestido de preto para o conforto espiritual daqueles que esperavam o patíbulo.





Relíquias do Cotidiano Legislativo:

Parado no tempo em seus detalhes mais charmosos, o palácio mantém em pleno funcionamento seus elevadores originais de cem anos atrás, que ainda demandavam operação manual em sua concepção. No plenário, que desde 2021 serve apenas para agendas solenes após a mudança da Alerj para o Edifício Lúcio Costa, o mobiliário permanece intocado. Um detalhe curioso de uma época distante são os cinzeiros embutidos diretamente nas mesas dos parlamentares, herança de um período em que o fumo em ambientes fechados era parte da rotina das votações.

O Céu da República em 350 Toneladas:

Olhar para o teto do plenário revela uma impressionante obra de engenharia e arte. A cúpula do edifício é adornada por um imenso vitral que pesa 350 toneladas. A peça monumental não é meramente decorativa: suas cores e formas reproduzem o desenho exato do céu e a posição das estrelas no Rio de Janeiro na histórica noite de 15 de novembro de 1889, a data da Proclamação da República.

Estética Carnavalesca na Fachada:

A rica ornamentação exterior do prédio guarda uma inesperada sintonia com a cultura popular carioca. Muitas das esculturas que decoram a fachada do Palácio Tiradentes ostentam traços e composições visuais que remetem diretamente às alegorias das antigas sociedades carnavalescas — agremiações festivas que dominavam as ruas nos primeiros anos do século XX, antecedendo o surgimento das escolas de samba modernas.

Uma Construção Cooperativa Nacional:

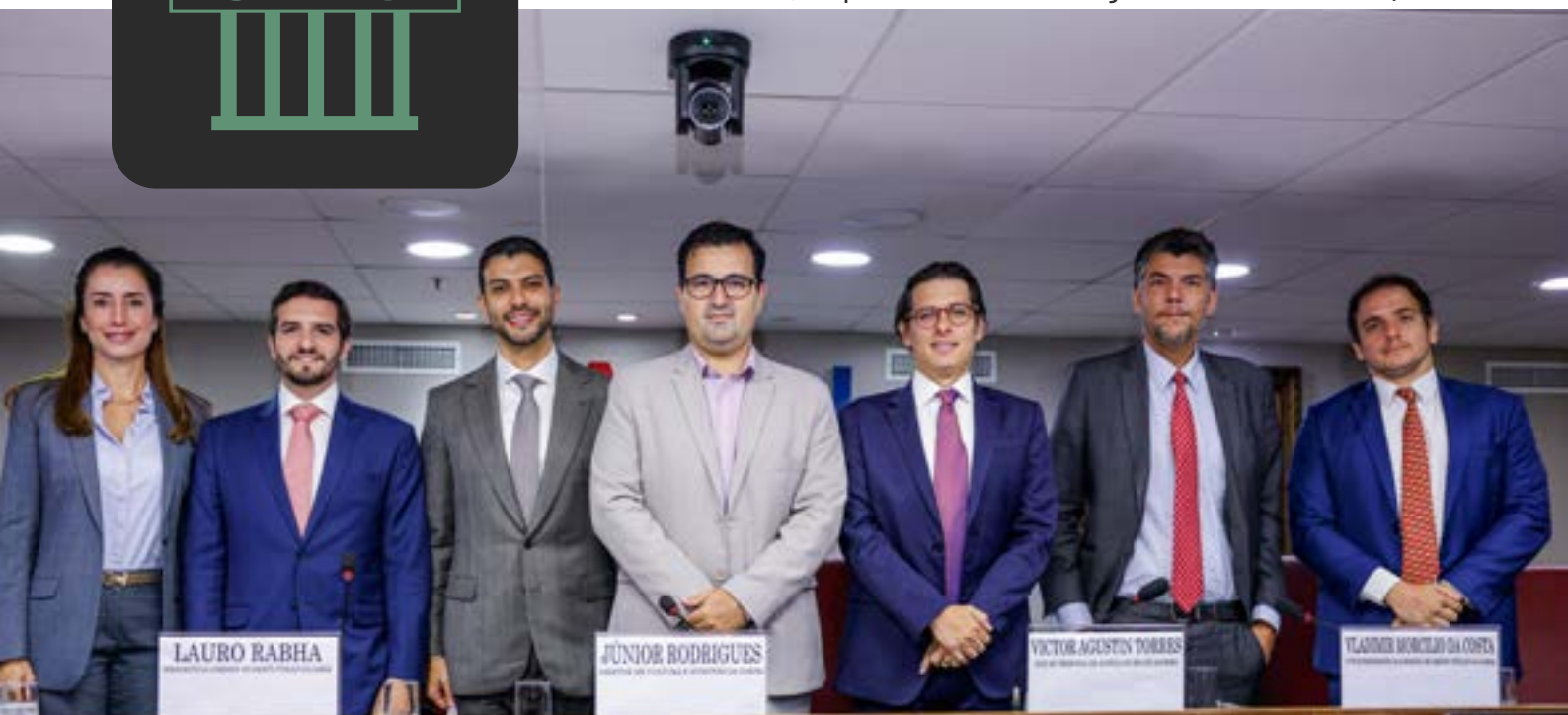
O projeto assinado por Archimedes Memória e Francisco Couchet contou com uma verdadeira força-tarefa federativa. O arquiteto desenhava as mobílias e os adereços e enviava as especificações para governadores de diversos estados, que custeavam e fabricavam as peças com materiais locais. O plenário, por exemplo, ganhou vida pelas mãos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, enquanto outras salas nobres receberam o toque e as matérias-primas de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e do antigo Estado do Rio.

Estrela de Cinema e TV:

A imponência clássica do palácio o transformou em um dos cenários mais requisitados pelo audiovisual brasileiro para retratar as entranhas do poder. Suas salas e corredores serviram de palco para dramas biográficos como *Olga* (2004) e *Getúlio* (2014). A forte carga institucional do prédio também deu o tom em produções de segurança pública e ficção policial, servindo de cenário para o embate político do coronel Nascimento em *Tropa de Elite 2* (2010) e para as intrigas governamentais da série *Arcanjo Renegado* (2020), do Globoplay.



Tatiana Carius, da Águas do Rio; o advogado Marcelo Bellizze; o presidente da Comissão de Direito Público Lauro Rabha; o diretor de Cultura e Eventos da OAB-RJ, Júnior Rodrigues; o juiz Victor Torres; o vice-presidente da Comissão, Vladimir Morcillo da Costa; e o procurador do TCM Jorge Ottoni. Crédito: Érick Quintanilha



COMISSÃO DE DIREITO PÚBLICO DA OAB-RJ, A NOVA TRINCHEIRA PARA OS EMBATES DO ESTADO DO RIO

O direito público brasileiro vive um momento de reconcentração de forças. Concessões que movimentam dezenas de bilhões, tribunais de contas que firmam acordos em escala inédita, municípios presos entre competências sobrepostas e um debate eleitoral cada vez mais regulado e, segundo alguns, sufocado. É nesse cenário que a OAB-RJ empossou sua nova Comissão de Direito Público, com mandato claro de não ocupar apenas um lugar no organograma da Ordem, mas de funcionar como espaço real de disputa intelectual e produção jurídica de utilidade prática.

À frente da comissão está o advogado Lauro Rabha, acompanhado dos vice-presidentes Vladimir Morcillo da Costa e Fabio Zambití Ibrahim, e do secretário-geral

Marcelo Augusto Fittner Bellizze Oliveira. A posse ocorreu no último dia 5 de maio sob a gestão de Ana Tereza Basílio, a primeira mulher a presidir a seccional fluminense, lembrada no evento como símbolo de uma gestão que “fez um trabalho de excelência à frente da Casa”.

Rabha traçou um programa deliberadamente amplo: transformar a comissão num fórum vivo para debater temas nacionais e regionais, do eleitoral ao regulatório, do tributário ao administrativo, sem deixar de lado pautas locais que afetam diretamente os municípios fluminenses. Concessões, ISS, reorganização federativa e disputas como a de Petrópolis integram a pauta. A agenda propositiva inclui cursos, seminários, podcasts e a criação de canais diretos para receber propostas dos membros.



O poder público serve às pessoas. A ideia aqui é trazer cada vez mais os temas que afetam diretamente a vida dos municípios.



Lauro Rabha, presidente da Comissão de Direito Público da OAB-RJ

SANEAMENTO COMO LABORATÓRIO DO DIREITO PÚBLICO

A fala de Tatiana Carius, diretora da Águas do Rio, puxou o debate para um dos campos mais dinâmicos do setor: o saneamento. Com o novo marco legal aprovado em 2020 como pano de fundo, ela apresentou o modelo fluminense, que gerou R\$16 bilhões em outorga e prevê R\$26 bilhões em investimentos, com metas de universalização do acesso à água tratada e coleta de esgoto, como referência nacional. Mais do que números, porém, o argumento central foi político: *“Onde há segurança jurídica, não falta investimento privado.”*

Tatiana destacou instrumentos como a regionalização e o subsídio cruzado para aproximar bairros ricos e periferias historicamente negligenciadas. *“Saneamento vai muito além da infraestrutura”*, afirmou. E a plateia de advogados publicistas entendeu o recado: os contratos de concessão que sustentam esse modelo precisam de defesa técnica à altura.

O ALERTA SOCIAL E O COMPROMISSO COM O CONHECIMENTO

Vladimir Morcillo da Costa foi o mais direto ao ponto incômodo da cerimônia: há 100 milhões de brasileiros sem saneamento básico. Para o vice-presidente da comissão, esse dado é a medida do quanto o direito público ainda deve à população. *“A Ordem precisa produzir para a sociedade”*, disse. E completou com um alerta contra a banalização do debate jurídico: *“Não podemos perder nosso compromisso com o conhecimento.”*

O secretário-geral Marcelo Bellizze enxergou na posse um sinal de oportunidade. Num momento em que o direito público volta ao centro das disputas institucionais, de royalties a concessões, de

precatórios à reorganização federativa, a criação de um fórum especializado dentro da Ordem chega em hora precisa. *“Tudo, na verdade, serve à cidadania”*, resumiu.

JUDICIÁRIO, CONTAS E A NOVA ARQUITETURA INSTITUCIONAL

O desembargador eleitoral Bruno Bodart trouxe a visão mais conceitual do evento. Apoiado na teoria de Mancur Olson sobre crescimento econômico e segurança jurídica, ele defendeu que cabe à OAB formar advogados comprometidos com racionalidade institucional, não apenas com a vitória processual. Seu alerta mais contundente veio sobre o campo eleitoral:

“Estamos sufocando o debate público”, disse, ao criticar excessos na limitação da fala política. O argumento foi além da retórica: países com insegurança jurídica e excesso de litigância improdutiva tendem a crescer menos, e o advogado, nessa leitura, tem papel ativo na qualidade do ambiente institucional.

O juiz Victor Agustin Torres apostou numa mudança de paradigma no direito administrativo: menos litígio, mais consensualidade. Usando como exemplo a mediação no caso da Supervia, que envolveu Estado, concessionária e credores numa modelagem que preservou o serviço ferroviário, criou fundo de compensação e evitou o colapso de uma concessão estratégica, Torres mostrou como a advocacia orientada por resultado pode produzir saídas mais eficientes do que o confronto. *“Importante é defender o interesse”*, resumiu.

Representando o controle externo, o procurador do TCM Jorge Ottoni apontou a ascensão dos tribunais de contas como peça-chave da nova arquitetura do direito público. Com o TCU firmando, em 2025, acordos que somam mais

de R\$ 300 bilhões, a consensualidade deixou de ser exceção para se tornar tendência. Para Ottoni, a advocacia especializada terá papel decisivo para testar os limites desse novo território. *“A vida não é um preto no branco”*, afirmando que as soluções técnicas e extrajudiciais para grandes conflitos regulatórios dependem de quem saiba navegar na zona cinzenta.

INTERIORIZAÇÃO E AGENDA PROPOSITIVA

A posse também marcou uma aposta deliberada na interiorização. Procuradores e representantes de municípios como Petrópolis, Araruama, Itaguaí, Magé, Búzios, Maricá e Mangaratiba estiveram presentes, sinalizando que a comissão não pretende se limitar à capital. O objetivo declarado é levar o debate a quem mais precisa dele, e que raramente ocupa as poltronas das grandes cerimônias da Ordem.

Representando a diretoria, Júnior Rodrigues saudou a criação da comissão como *“um grande ganho não apenas para a advocacia, mas também para a sociedade”* e reforçou o espírito formativo que deve guiar o grupo: cursos, podcasts e produção de conteúdo acessível para a advocacia jovem.



PALÁCIO TIRADENTES: UM SÉCULO DE HISTÓRIA E PULSAÇÃO DO PARLAMENTO FLUMINENSE

Assumir a Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) tem sido um dos maiores desafios e, sem dúvida, uma das maiores honras da minha trajetória pública. Ao cruzar as portas do Palácio Tiradentes, sou tomado por um sentimento que mistura responsabilidade institucional e profunda reverência. Administrar a estrutura que viabiliza a atividade parlamentar fluminense já é uma missão grandiosa; fazê-lo em meio às celebrações do centenário deste palácio monumental transforma o trabalho diário em um verdadeiro privilégio histórico. Nesses meses de gestão, pude compreender que o Tiradentes não é apenas um monumento de pedra e mármore, mas um organismo vivo, onde o passado do Brasil ecoa nas decisões que moldam o nosso futuro.

Para compreendermos a magnitude do Palácio Tiradentes, precisamos olhar para as camadas de história depositadas no solo em que ele se ergue. A relevância política deste espaço na trajetória e na memória do Rio de Janeiro e do Brasil não começou em 1926. Este endereço, no coração do antigo centro político do país, concentra em suas fundações a própria evolução cronológica da nossa sociedade.

Muito antes da imponente estrutura que conhecemos, o local abrigava a Cadeia Velha, um edifício que desempenhava funções administrativas e prisionais no período colonial. Foi naquelas masmorras que os ideais de liberdade da Inconfidência Mineira foram sufocados pela Coroa portuguesa. Ali, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, passou seus últimos quatro dias preso antes de ser executado em 1792.



Crédito: Divulgação

POR LUCIANO ABREU
Diretor-geral da Alerj

O lugar que outrora serviu de masmorra para reprimir o desejo de liberdade tornou-se, mais tarde, o templo da democracia e do debate parlamentar. A escolha do nome do palácio, portanto, foi um ato de justiça histórica da jovem República, associando o espaço aos valores de civismo, soberania e identidade nacional.

Durante o Império, o terreno continuou no centro do poder, abrigando a Câmara dos Deputados imperial. Contudo, com a Proclamação da República em 1889, a nova capital federal demandava uma sede que refletisse visual e institucionalmente os novos tempos modernos. Assim, a antiga estrutura foi demolida para dar lugar, a partir de 1922 — ano do centenário da Independência —, ao projeto monumental dos arquitetos Archimedes Memória e Francisque Couchet.

Inaugurado em 6 de maio de 1926, o Palácio Tiradentes consolidou-se como um dos maiores expoentes do ecletismo arquitetônico brasileiro. Sua fachada imponente, ladeada por colunas clássicas, esculturas alegóricas e coroada por uma magnífica cúpula metálica, dialogava com o progresso que as elites da Primeira República queriam projetar. No interior, os vitrais coloridos, as pinturas históricas e os mármore refinados — que nossa equipe de gestão se empenha diariamente em preservar — transformaram o prédio em um patrimônio artístico nacional incomparável.

Durante décadas, o palácio foi o coração pulsante da política brasileira como sede da Câmara dos Deputados federal. Suas paredes testemunharam debates cruciais sobre as leis trabalhistas, a industrialização do país e as maiores crises institucionais do século XX, desde os anos conturbados da Era Vargas até as tensões que culminaram no golpe de 1964. Figuras que desenharam o destino do Brasil caminharam por estes mesmos salões onde hoje se encontra a sede histórica da Alerj.

A transferência da capital para Brasília, em 1960, mudou o destino do edifício, mas não diminuiu sua importância. O palácio passou a abrigar a Assembleia Legislativa do antigo Estado da Guanabara e, após a fusão em 1975, tornou-se a casa do povo fluminense: a sede da Alerj.

Recentemente, em 2021, iniciou-se um novo capítulo. Com a transferência da estrutura puramente administrativa e dos gabinetes para o Edifício Lúcio Costa, o Palácio Tiradentes pôde reforçar sua vocação mais nobre como centro de memória política, cultura e patrimônio histórico, permanecendo como o solo sagrado das grandes solenidades e posses, mas seguindo como um símbolo da constante busca brasileira pela cidadania e pela democracia.



UMA CAMPANHA VITORIOSA COMEÇA NA IMPRESSÃO CERTA

Mais de 20 anos de experiência em campanhas políticas

Quando o voto é decidido no detalhe, a imagem faz toda a diferença. Há mais de duas décadas, a **Padrão Color** é a parceira de confiança dos maiores nomes da política. Produzimos com qualidade, agilidade e sigilo total — **porque sabemos que em campanha, tempo é voto.**

Para todos os políticos da
próxima campanha 2026

Produção rápida e garantida

Funcionamento 24h — porque
o ritmo da política não para

Escolhida pelos melhores
políticos e equipes de campanha

Da impressão de materiais de rua, à produção offset e comunicação visual, temos tudo que sua campanha precisa pra marcar presença — e conquistar eleitores.



Quem entende de campanha,
imprime com quem faz história.

**SE É NOS BASTIDORES
QUE O PODER SE ARTICULA,**



**É NA COISAS DA POLÍTICA
QUE ELE SE REVELA.**